



Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

08 OUT 2019



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

08 OUT 2019

Protocolo: 297/19

Processo: 297/19

PROJETO DE LEI
ORDINÁRIA

Nº

285/19

AUTOR: DEPUTADO LAERTE GOMES - PSDB

‘Dispõe sobre procedimentos ambientais simplificados para implantação e operação de empreendimentos e/ou atividades de porte micro com potencial poluidor degradador baixo.’

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido os procedimentos ambientais simplificados para implantação e operação de empreendimentos e/ou atividades de porte micro com potencial degradador baixo e adota outras providências.

Art. 2º - Os empreendimentos e/ou atividades de porte micro com potencial poluidor degradador baixo que promovam a melhoria de qualidade de vida da população estão sujeitos ao licenciamento simplificado por autodeclaração junto ao órgão ambiental estadual competente, sem prejuízo do licenciamento municipal.

Art. 3º - O licenciamento simplificado por autodeclaração consiste em fase unificada de emissão das licenças, podendo ser concedidas por certificação digital baseada em cadastro com informações técnicas e ambientais prestadas pelo interessado.

Parágrafo único - A concessão da licença ambiental simplificada decorrente da autodeclaração do empreendimento ou atividade como de porte micro com potencial degradador baixo é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental.

Art. 4º - Ficam sujeitos ao licenciamento simplificado por autodeclaração os seguintes empreendimentos e/ou atividades:

I - estação de tratamento de água-ETA, com simples desinfecção;



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEPUTADO LAERTE GOMES - PSDB			
<p>II - sistema de abastecimento de água com simples desinfecção;</p> <p>III - passagem molhada sem barramento de recurso hídrico, com extensão de até 50,0 m;</p> <p>IV - habitação de interesse social com até 50,0 unidades habitacionais, respeitando-se as Áreas de Preservação Permanente;</p> <p>V - habitação de interesse social acima de 50,0 unidades habitacionais implantadas em áreas urbanas consolidadas, respeitando-se as Áreas de Preservação Permanente;</p> <p>VI - restauração de vias e estradas de rodagem;</p> <p>VII - atividades de pesca artesanal;</p> <p>VIII - atividades artesanais que não utilizem matéria prima de origem florestal;</p> <p>IX - atividades de extrativismo realizada por comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas;</p> <p>X - implantação de sistema agroflorestais e/ou práticas agroecológicas;</p> <p>XI - custeio e investimento agropecuário direcionados à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, em conformidade com a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.</p> <p>Art. 5º - O licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos não previstas no art. 4º desta Lei, será feito de forma simplificada quando se tratar de empreendimentos e/ou atividades de porte micro com potencial poluidor degradador baixo.</p> <p>Art. 6º - Estão sujeitos ao licenciamento ambiental simplificado os seguintes empreendimentos e/ou atividades:</p> <p>I - passagem molhada com barramento de recurso hídrico, independente de sua extensão;</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI
ORDINÁRIA

Nº

AUTOR: **DEPUTADO LAERTE GOMES - PSDB**

II - passagem molhada sem barramento com extensão acima de 50,0 m;

III - habitação de interesse social em área urbana não consolidada, excluindo-se as Áreas de Preservação Permanente;

IV - atividade agroindustrial familiar de leite e carne;

V - atividades artesanais que utilizem matéria prima de origem florestal;

VI - atividades de agroindústria desenvolvidas por agricultor familiar e empreendedor familiar rural.

Parágrafo único. A localização, implantação e operação de aterros sanitários de pequeno porte, estão sujeitos ao licenciamento ambiental.

Art. 7º - A licença ambiental para os empreendimentos e/ou atividades públicos ou privados, considerados estratégicos para o Estado, será emitida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a editar os atos normativos que se fizerem necessários à fiel execução desta Lei.

Art. 9 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário das Deliberações, 01 de outubro de 2019.


LAERTE GOMES
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO

PROJETO DE LEI
ORDINÁRIA

Nº

AUTOR: **DEPUTADO LAERTE GOMES - PSDB**

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares, Senhoras Parlamentares. Esta propositura encontra-se devidamente respaldada em decisão com repercussão geral do Egrégio Supremo Tribunal Federal.

Trata-se de procedimentos para emissão de licenças ambientais voltadas à construção de empreendimentos ou atividades com pequeno potencial de degradação ambiental.

Faz-se mister salientar, que de acordo com o STF, matéria ambiental é de competência legislativa concorrente.

Plenário das Deliberações, 01 de outubro de 2019.